

# Transições

Centro Universitário Barão de Mauá

---

<https://doi.org/10.56344/2675-4398.v3n2a2022.1>



## Título

Ascensão da esfera social e os desafios impostos à educação: uma reflexão a partir de Hannah Arendt

## Autores

Neiva Caetano dos Santos

## Ano de publicação

2022

## Referência

SANTOS, Neiva Caetano. Ascensão da esfera social e os desafios impostos à educação: uma reflexão a partir de hannah arendt. **Transições**, Ribeirão Preto, v. 3, n. 2, 2022.

Recebimento: 23/10/2022  
Aprovação: 27/11/2022

# ASCENSÃO DA ESFERA SOCIAL E OS DESAFIOS IMPOSTOS À EDUCAÇÃO: UMA REFLEXÃO A PARTIR DE HANNAH ARENDT

## THE RISE OF THE SOCIAL SPHERE AND THE CHALLENGES IMPOSED ON EDUCATION: A REFLECTION BASED ON HANNAH ARENDT

Neiva Caetano dos Santos\*

**Resumo:** O tema central deste artigo é a constatação que Hannah Arendt faz a respeito do predomínio da esfera social na modernidade, o que acarreta a desvalorização da ação política no âmbito público e a relação desse acontecimento com o entendimento de Arendt sobre a educação. O objetivo é refletir acerca do papel da escola nesse contexto, no qual não há a antiga demarcação entre as esferas público e privada, característica da Antiguidade Clássica. A escola, segundo Arendt, é responsável por estabelecer a mediação entre o lar e o mundo público e representa o mundo para a criança, mesmo que não seja de fato. Com a hegemonia da esfera social, é possível indagar: como fica a situação da escola quando não se tem um espaço delimitado entre público e privado? Como a criança vai se desenvolver em um mundo dominado pelo social? O artigo está organizado em duas partes. Na primeira, apresentará as reflexões de Arendt contidas no ensaio “A crise na educação”. Na segunda parte, a referência principal será a obra *A condição humana*, escrita por Hannah Arendt, na qual se encontram as categorias conceituais referentes às esferas público, privado e social, para que seja possível relacioná-las ao objetivo proposto nesse trabalho. Tratam-se de considerações iniciais que necessitam de aprofundamento teórico e conceitual, mas que permitiram pensar o papel da escola no mundo contemporâneo, sendo uma possibilidade, a preparação dos alunos por meio dos referenciais da *pedagogia retórica*.

**Palavras-chave:** Hannah Arendt; Esfera social; Educação contemporânea.

---

\* Doutoranda em Educação - Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto - USP. CEP: 14040-901, Ribeirão Preto, São Paulo - Brasil. E-mail: neivasantos@usp.br

**Abstract:** The central theme of this article is Hannah Arendt's observation about the predominance of the social sphere in modernity, which leads to the devaluation of political action in the public sphere and the relation of this event with Arendt's understanding of education. The objective is to reflect on the role of the school in this context, in which the old demarcation between the public and private spheres, characteristic of classical antiquity, is no longer present. The school, according to Arendt, is responsible for establishing the mediation between the home and the public world and represents the world for the child, even if it is not in fact. With the hegemony of the social sphere, it is possible to ask: what about the situation of the school when there is no delimited space between public and private? How will the child develop in a world dominated by the social? The article is organized in two parts. In the first part, it will present Arendt's reflections contained in the essay "The Crisis in Education". In the second part, the main reference will be the work *The Human Condition*, written by Hannah Arendt, in which we will find the conceptual categories referring to the public, private and social spheres, so that it will be possible to relate them to the objective proposed in this work. These are initial considerations that need theoretical and conceptual deepening, but that allow us to think about the role of the school in the contemporary world, one possibility being the preparation of students through the references of *rhetorical pedagogy*.

**Keywords:** Hannah Arendt; Social sphere; Contemporary education.

### **O ensaio "A crise na educação"**

No ensaio "A crise na educação", Hannah Arendt faz uma reflexão acerca dos problemas enfrentados na educação contemporânea, os quais são compreendidos pela autora como um "problema político de primeira grandeza" (ARENDR, 2018, p. 221). Apresenta os aspectos da crise geral que atinge o mundo moderno, e os Estados Unidos em particular. Arendt afirma que a crise que atingiu o mundo moderno se apresenta de maneira distinta em cada país, com especificidades próprias. Expõe que a crise na educação não é caracterizada como fenômeno isolado, relativo somente aos Estados

Unidos ou restrito ao âmbito específico da escola, mas como componente de uma crise geral do mundo moderno.

A elucidação dos conteúdos do ensaio requer o entendimento do que Arendt acredita ser essa crise mais geral que afeta diversos países na atualidade, composta por certos fatos relevantes ocorridos no século XX. Desse modo, por meio da caracterização desse quadro mais amplo e desses fatos relevantes, do ponto de vista da autora, é possível compreender suas análises relacionadas à educação.

Arendt argumenta em favor da participação da pessoa leiga em debates sobre temas diversos, declarando ser, ela mesma, desprovida de conhecimentos técnicos sobre educação. No entanto, devido à grande repercussão do assunto referente aos problemas no campo educacional, considera oportuno discutir as suas circunstâncias e tentar elaborar novos questionamentos ou possíveis soluções para o tema, buscando compreender qual é a função ocupada pela educação em uma sociedade. Trata-se de iniciativa válida, mesmo para quem não é especialista na área. Conforme a própria autora explica:

Arendt (2018, p. 222) apresenta a sua tipificação do problema em pauta: a “essência da educação é a natalidade, o fato de que seres nascem para o mundo”. O termo *natalidade*, associado à noção de *novo*, é o primeiro conceito arendtiano necessário para entender o ensaio, bem como para situar a crise instalada nos Estados Unidos e, como já foi dito, em outros países.

A filósofa explica o conceito de natalidade dizendo que, na América, a situação é mais preocupante por ser ali um destino de imigrantes de grupos étnicos diversos, o que atribui à educação função especialmente relevante frente a outras nações. Arendt (2018, p. 223) afirma que a América assume a responsabilidade adicional de integrar esses grupos por meio da “instrução, educação e americanização” de

seus filhos, o que torna a educação um “fator na política”. A imigração diz respeito à formação da consciência política, sendo os imigrantes vistos como os “recém-chegados” representantes da nova ordem, aptos a contribuírem com a eliminação dos problemas que impedem o avanço da nação, tais como a pobreza e a opressão.

Por analogia com a imigração, Arendt (2018, p. 224) identifica a figura do novo nas crianças, os “recém-chegados por nascimento”, aqueles que, ao findar a fase da infância, estariam prontos para adentrar no mundo dos adultos e tomar parte no movimento rumo ao progresso.

Em todas as utopias políticas, desde os tempos mais remotos, concebe-se a educação como incumbida de começar um novo mundo a partir da chegada de novos indivíduos por meio do nascimento. Contudo, segundo a autora, a educação não pode desempenhar nenhuma função no contexto político, uma vez que ela se encontra na esfera pré-política.

É possível notar que Arendt acredita ser indispensável a separação entre as concepções de educação e política, não no sentido em estabelecer categorias estanques, mutuamente incomunicáveis, mas com o propósito de pensá-las separadamente para ver se é possível encontrar relações entre elas. Arendt não concebe a educação distante da política, observando que se empenha na tentativa de especificar a concepção de política, entendida como uma forma de organização da vida, sendo a educação um processo de iniciação por meio dos “recém-chegados”. Seus posicionamentos revelam a prevalência do caráter político de suas reflexões, em detrimento dos aspectos pedagógicos, no que tange à crise na educação.

Nos Estados Unidos, as escolas procuram americanizar as crianças imigrantes e, por consequência, os seus pais. Nesse processo, cria-se a ilusão de que um novo mundo é criado mediante a educação das crianças, mas, segundo Arendt (2018, p. 226), o que realmente se faz é apresentar o mundo a elas, pois a América é um “mundo velho”, aparecendo como novo somente para os pequenos aprendizes.

O fundamento da crítica de Arendt (2018, p. 226) ao “*pathos do novo*”: trata-se de uma ilusão que traz efeitos negativos à educação, na linha do proposto por novas teorias educacionais oriundas da Europa Central, responsáveis pela produção de uma “miscelânea de bom senso e absurdo”. Dentre essas teorias, Arendt (2018, p. 226-227) menciona especificamente a “educação progressiva”, um modelo de ensino que causou o declínio das “tradições e métodos de ensino e de aprendizagem”, e que em nenhum outro lugar do mundo foi aceito de maneira tão submissa como nos Estados Unidos, onde se desenvolveu sem questionamentos quanto à sua aplicabilidade efetiva.

Arendt (2018, p. 227) alerta que não se pode amenizar o problema por meio de questionamentos como “por que Joãozinho não sabe ler?”. É preciso ir além e ter consciência de que os Estados Unidos são uma nação jovem que ainda não possui o *status* de “velho mundo”, fazendo-se necessário entender os reais motivos que culminaram na crise, recorrendo para isso a acontecimentos históricos.

O papel representado pela imigração, a concepção do “*pathos do novo*”, a inserção inquestionada da educação progressiva e o conceito de igualdade não são suficientes para explicar o fenômeno analisado, e as medidas tomadas para solucioná-lo não são efetivas. A autora, então, procura especificar as medidas que aprofundaram a crise, as organizando em três pressupostos básicos.

O primeiro pressuposto faz referência ao mundo formado pelas próprias crianças, sendo papel do adulto evitar que o pior lhes aconteça no que diz respeito à tomada de decisões. Acreditar que as escolhas são oriundas do próprio grupo de crianças torna o adulto inerte, o que acaba por impedir a comunicação entre ambas as partes.

Arendt (2018, p. 230) o questiona fortemente, que consiste em levar em conta “somente o grupo, e não a criança individual”, dizendo que a sua consequência é a elevação da autoridade do grupo em detrimento da autoridade da criança como indivíduo.

O segundo pressuposto concerne ao ensino e à aprendizagem, campo que Arendt (2018, p. 231) caracteriza como influenciado pelos princípios da Psicologia moderna e do Pragmatismo que transformaram a Pedagogia em uma “ciência do ensino” e levaram os cursos de formação docente a se distanciarem do conteúdo a ser ministrado.<sup>1</sup> O professor deixa de ter a obrigação de conhecer a matéria a ser ensinada, não precisando saber além do que os seus alunos irão exigir; não precisa estar um passo à frente dos educandos, o que torna a sala de aula suficiente para a sua atuação. Desse modo, o “professor não autoritário, que gostaria de se abster de todos os métodos de compulsão, por ser capaz de confiar apenas em sua própria autoridade, não pode mais existir” (ARENDR, 2018, p. 231).

A situação da Pedagogia e dos cursos de formação docente foi prejudicada pelo surgimento de uma teoria moderna da aprendizagem, denominada Educação Progressiva, a qual se vincula intrinsecamente ao terceiro pressuposto apresentado pela autora, o Pragmatismo como abordagem epistemológica, corrente de

---

<sup>1</sup> O pragmatismo é uma corrente filosófica que, desde o final do século XIX, passou a exercer forte influência na educação, em especial por intermédio de pensadores como William James (1842-1910) e John Dewey (1859-1952), obtendo sensível repercussão no Brasil devido à atuação de Anísio Teixeira (1900-1971), entre outros.

pensamento que assume a tese de que “só é possível conhecer e compreender aquilo que nós mesmos fizemos” (ARENDT, 2018, p. 231).

A junção dos três pressupostos aqui abordados é o que caracteriza a mencionada “miscelânea de bom senso e absurdo” produzida pela Educação Progressiva. Arendt (2018, p. 233) entende que a substituição da aprendizagem pelo fazer, em consonância com os princípios da corrente pragmatista, contribui para “tornar absoluto o mundo da criança” e traz consequências nocivas ao desenvolvimento da criança, a mantendo presa em seu próprio mundo e banida do mundo dos adultos, com os quais ela teria a oportunidade de trocar experiências e, assim, formar adequadamente o seu caráter – o que condiz com as concepções por ela assumidas.

Mas o problema, como já foi assinalado, não se resume ao processo educacional específico dos Estados Unidos. Coerentemente com a tese anteriormente afirmada, de que não é possível entender determinada crise levando em conta apenas os aspectos locais, Arendt (2018, p. 234) indaga: “quais foram os aspectos do mundo moderno e de sua crise que efetivamente se revelaram na crise educacional, isto é, quais foram os motivos reais para que durante décadas, se pudessem dizer e fazer coisas em contradição tão flagrante com o bom senso?”. Para responder, retoma o conceito de natalidade dizendo que a educação ocupa lugar de destaque na vida dos indivíduos e da sociedade, estando em processo contínuo de renovação por meio do “nascimento, da vinda de novos seres humanos”, os quais são “recém-chegados” em um permanente estado de “vir a ser”.

A criança torna-se peça chave na educação, apresentando-se para o educador em duplo sentido: “é nova em um mundo que lhe é estranho e se encontra em processo de formação; é um novo ser humano e é um ser humano em formação” (ARENDT, 2018, p. 234-235).

Mas a criança só é nova, de fato, em sua relação com o mundo que já estava constituído anteriormente a ela. Arendt (2018, p. 235) explica que os pais, além de darem a vida aos filhos por meio do nascimento, também assumem a função de inseri-los no mundo, zelando por sua vida e desenvolvimento. Estão em jogo responsabilidades que podem se apresentar de maneira conflituosa, posto ser necessário proteger a criança, e, ao mesmo tempo, o mundo, evitar a sua destruição pelo “assédio do novo”.

É preciso proteger o mundo contra a criança e, ao mesmo tempo, a criança contra o mundo, ou seja, preservar cada um deles em suas especificidades. A criança encontra essa proteção na família por meio da figura do adulto. A vida privada torna-se uma barreira contra o mundo, principalmente “contra o aspecto público do mundo” (ARENDR, 2018, p. 235). Privacidade e proteção são condições inerentes à existência humana, não exclusividades da criança.

Essas reflexões da autora revelam uma concepção acerca da infância e das relações da criança com o mundo adulto. A criança necessita de privacidade, reclusão e proteção perante o mundo; os pais assumem a responsabilidade por isso, não somente por dar-lhe a vida; a família funciona, para a criança, como um escudo contra o ambiente público. Todas as vezes em que a criança é exposta a esse ambiente, a sua intimidade é violada, “sua qualidade vital é destruída”, pois o “mundo não lhe pode dar atenção, e ela deve ser ocultada e protegida do mundo” (ARENDR, 2018, p. 236).

Há prejuízo, também, quando se permite que a criança ingresse em uma espécie de mundo formada pelo grupo de crianças, na qual se constitui “uma espécie de vida pública” que não é real. A consequência é que as crianças, “seres humanos em processo de formação [...] são assim forçadas a se expor à luz da existência pública”

(ARENDR, 2018, p. 236). Um mundo formado entre crianças representa um mundo social distinto, fragmentado, e a criança que, em sua fase inicial de formação e desenvolvimento era resguardada pela família na intimidade da vida privada, é lançada ao mundo público por meio da constituição desse mundo infantil integrado por seus iguais.

É em função dessa ideia que Arendt (2018, p. 236) discute o primeiro pressuposto da crise da educação, acima mencionado, relativo à formação de um mundo próprio da criança com o suporte oferecido pela pedagogia moderna. Essa pedagogia é responsável por promover a entrada da criança no “clarão implacável do mundo público”, no momento em que ela precisa ser protegida, permanecer reclusa na “segurança da escuridão” para se desenvolver. Caso não sejam atendidas as necessidades de cuidado e proteção, construir esse mundo infantil segregado do convívio com os adultos resultará na formação de uma vida pública, mas não de uma “vida pública real”, pois a sua base é um grupo de crianças adulterado. Em suma, as crianças são indivíduos em desenvolvimento que necessitam da mediação do outro, mas a educação moderna as força a se exporem “à luz da existência pública”.

Ao propor a formação de um mundo constituído exclusivamente por crianças, a educação moderna rompe com os métodos do passado e “destrói as condições necessárias ao desenvolvimento e crescimento vitais” da criança (ARENDR, 2018, p. 236). Apresenta-se nesse percurso uma contradição, uma vez que o objetivo da educação moderna seria proteger a criança e impedir que as suas especificidades fossem desconsideradas. Soa contraditório, porque o “século da criança” teve por meta “emancipar a criança e liberá-la dos padrões originários do mundo adulto” (ARENDR, 2018, p. 237).

O modo como a modernidade conduziu a educação das crianças contradiz o que foi originalmente projetado – libertar os pequenos do tratamento considerado inapropriado a um ser em formação. Assim, Arendt pergunta:

como pôde acontecer que se expusesse a criança àquilo que, mais que qualquer outra coisa, caracterizava o mundo do adulto, o seu aspecto público, logo após se ter chegado à conclusão de que o erro em toda a educação passada fora ver a criança como não sendo mais que um adulto em tamanho reduzido? (ARENDR, 2018, p. 237).

Além de buscar resposta a essa questão, Arendt tenta explicar quais foram os aspectos do mundo moderno que contribuíram para o agravamento da crise educacional. A filósofa esclarece que a crise existe onde se corrompe a distinção entre o mundo público e o privado, bem como onde a responsabilidade pela proteção da criança deixa de ser um dever do adulto. Os educadores foram submissos, vítimas e cúmplices, e aceitando a situação sem contestar e, assim, descuidando dos prejuízos acarretados à criança. Arendt (2018, p. 238) afirma que, quanto mais a “sociedade moderna rejeita a distinção entre aquilo que é particular e aquilo que é público”, mais “introduz entre o privado e o público uma esfera social na qual o privado é transformado em público e vice-versa”, o que torna mais complexa a situação da criança, a qual necessita de ocultamento para se desenvolver.

Arendt (2018, p. 239) afirma que é no espaço escolar que se desenvolve a relação entre a criança e o mundo. Pelo fato de a criança não estar familiarizada com o mundo, é preciso inseri-la gradativamente, e nesse processo o educador torna-se “representante de um mundo pelo qual deve assumir a responsabilidade, embora não o tenha feito e ainda que secreta ou abertamente possa querer que ele

fosse diferente do que é”. De qualquer modo, essa responsabilidade não deve ser imposta ao educador, pois ser um representante do mundo é tarefa implícita em suas funções. Assim, os jovens devem ser introduzidos ao mundo pelo professor, que é representado na figura de um adulto; qualquer pessoa que não queira assumir essa “responsabilidade coletiva pelo mundo” não está apta para ter crianças, bem como deve ser banida da educação dos pequenos.

A filósofa, então, introduz um conceito chave para o entendimento de suas reflexões acerca do trabalho docente: *autoridade*, termo que se associa à noção de *responsabilidade*. Arendt (2018, p. 239) diz que a responsabilidade pelo mundo, assumida pela educação em geral e pela escola, em particular, tem a conotação de “autoridade”, o que se deve distinguir das atribuições próprias do trabalho docente. Mesmo que “certa qualificação seja indispensável para a autoridade, a qualificação, por maior que seja, nunca engendra por si só a autoridade” (ARENDR, 2018, p. 239).

A qualificação implica que o professor compreenda o mundo e esteja apto a transmitir o conhecimento ao outro. A autoridade, por sua vez, se concretiza na “responsabilidade” assumida pelo mundo. Ao colocar esse raciocínio em prática, o professor torna-se um representante de todos os adultos, sendo incumbido de expor à criança as especificidades do mundo. É possível que o professor seja qualificado e, mesmo assim, não tenha autoridade; mas não é possível conceber a situação inversa, pois a educação não pode se efetivar contando somente com a qualificação do docente.

Arendt (2018, p. 240) analisa o conceito de autoridade, afirmando que na atualidade o seu significado foi esvaziado: “óbvio que, na vida pública e política, a autoridade não representa mais nada – pois a violência e o terror exercidos pelos países totalitários evidentemente

nada têm a ver com a autoridade –, ou, no máximo, desempenha um papel altamente contestado”. Essa apreciação se justifica pelo fato de as pessoas não confiarem ao outro o “ato de assumir a responsabilidade por tudo” (ARENDR, 2018, p. 240), pois nos momentos em que a autoridade se manifestou, esteve sempre relacionada às “coisas do mundo”. A crise da autoridade está intrinsecamente relacionada à crise da responsabilidade. Todos os indivíduos deveriam assumir a responsabilidade perante o mundo de maneira compartilhada, mas a atitude comum é de negligência, seja no sentido de dar ordens, seja no de obedecê-las.

Arendt (2018, p. 240) vê uma relação peculiar entre “a perda de autoridade na vida pública e política e nos âmbitos privados e pré-políticos da família e da escola”. Na medida em que os indivíduos deixam à mercê a sua responsabilidade de exercer “a autoridade na esfera pública”, inevitavelmente a “esfera privada” é atingida. Não se pode permitir às crianças dismantelar “a autoridade educacional, como se estivessem sob a opressão de uma maioria adulta”, mas a educação moderna considera a criança como alguém que sofre com a arbitrariedade do professor e precisa ser libertada.

Arendt (2018, p. 241) recorre à história para discutir o conceito de autoridade por meio de um novo conceito, *tradição*, ao qual se associa a ideia de *conservação*, todos analisados no registro da política. Originalmente, *tradição* dizia respeito à ação “dos pais sobre os filhos e de professores sobre alunos como o modelo por cujo intermédio se compreendia a autoridade política”. Esse modelo, que se pode identificar em Platão e Aristóteles, confere “extraordinária ambiguidade ao conceito de autoridade em política”; baseia-se em uma superioridade total que não poderia existir, pois acaba por atingir os princípios da dignidade humana.

Para Arendt (2018, p. 242), conservar é o cerne da prática educacional, cujo propósito é “abrigar e proteger alguma coisa – a criança contra o mundo, o mundo contra a criança, o novo contra o velho, o velho contra o novo”. Esse raciocínio vale exclusivamente para o âmbito educacional, uma vez que no campo da política impera a prerrogativa de que as relações se dão entre “adultos e com iguais”. Para que seja possível preservar o mundo, é preciso mantê-lo em ordem, e a grande questão posta por Arendt (2018, p. 243) concerne ao modo como se deve educar para obter êxito em manter o mundo em ordem. A resposta encontra-se no novo, pois cada geração que se apresenta traz uma chance para que isso aconteça.

Com o intuito de proteger o que é novo em cada geração, aqui representado pela figura da criança, torna-se imprescindível o estabelecimento de uma

[...] educação conservadora, que deve preservar essa novidade e introduzi-la [a criança] como algo novo em um mundo velho, que, por mais revolucionário que possa ser em suas ações, é sempre, do ponto de vista da geração seguinte, obsoleto frente à educação (ARENDR, 2018, p. 243).

Nota-se que Arendt continua seu exercício reflexivo em busca de respostas para a crise na educação, produzindo um aprofundamento do conceito de *tradição* e propondo uma forma de conduzir a educação de modo a superar a referida crise.

Arendt (2018, p. 244) conclui que a crise da autoridade na educação está intrinsecamente ligada a outra crise, a crise da tradição, sendo necessário repensar a atuação docente para que o professor, imbuído de suas atribuições, consiga fazer a mediação entre “o velho e o novo”. É preciso ter respeito pelo passado, ter o passado como um exemplo de conduta.

Para enfrentar o problema da educação na modernidade, “não é possível abrir mão nem da autoridade, nem da tradição, e ser obrigada, apesar disso, a caminhar em um mundo que não é estruturado nem pela autoridade e nem tampouco mantido coeso pela tradição” (ARENDT, 2018, p. 245-246). Isso permite afirmar que todos os indivíduos adultos, não somente os professores devem assumir a responsabilidade por crianças e jovens.

A autora afirma que educar e ensinar são ações que devem caminhar paralelamente, mas delega aos pedagogos e especialistas as temáticas propriamente técnicas, quando reafirma não ter conhecimentos dessa natureza. Afirma, no entanto, que certos assuntos não podem ser menosprezados, como o que diz respeito à “relação entre adultos e crianças em geral”.

A visão de Arendt acerca das relações entre mundo público e mundo privado é um tópico que merece atenção para que seja possível entender as reflexões contidas no ensaio, pois é com base nessa visão que se desenvolve a análise da autora sobre a escola, instituição na qual a criança “é introduzida ao mundo pela primeira vez” (ARENDT, 2018, p. 238). Será com base nessa afirmação feita por Arendt que se pretende conduzir a reflexão no presente artigo, uma vez que, conforme a autora explica, na modernidade a esfera social se apropria de todos os espaços e com isso não há mais a demarcação entre público e privado. Assim é possível indagar: o que se torna a escola quando não se tem o público e o privado? Lembrando que é essencial, na visão de Arendt, que a criança permaneça reclusa na segurança do lar, sob a proteção da família para que ela se desenvolva.

O objetivo aqui é promover uma reflexão acerca da situação da escola no mundo contemporâneo à luz dos conceitos arendtianos. Não

se trata de apresentar propostas efetivas para a solução dos impasses apresentados pela autora, mas um ponto de partida para se pensar os temas suscitados no ensaio “A crise na educação”. Principalmente, pensar a situação do professor nesse contexto, o representante dos adultos para a criança e responsável por apresentar o mundo a ela. Porém, como cumprir essa tarefa se os espaços para as pessoas se manifestarem por meio de atos e palavras estão cada vez mais escassos no mundo contemporâneo?

### **O papel da escola diante da supremacia da esfera social**

Quando Arendt expõe suas reflexões acerca do agravamento no sistema educacional oriundo da “miscelânea de bom senso e absurdo” (ARENDR, 2018, p. 226) produzidos pela educação progressiva, não deixa de dizer que esse modelo não foi capaz de resolver os problemas na educação, bem como colocou a criança diante do “clarão implacável do mundo público” – motivado pelo surgimento das pedagogias renovadas, as quais acabaram por agravar a crise na educação. Outro problema, segundo a autora refere-se ao rompimento entre as esferas do mundo público e do mundo privado. A escola, nesse contexto, não é considerada como pertencente a nenhuma dessas esferas, mas sim como aquela responsável em fazer a mediação entre a família e o espaço público (ARENDR, 2018, p. 238).

Em *A condição humana*, Arendt relata a crise que acomete o mundo moderno e, sendo a educação um “problema político de primeira grandeza” (ARENDR, 2018, p. 221), essa obra pode ser considerada como o ponto de partida na tentativa de compreender os conceitos abordados por Arendt no ensaio “A crise na educação”. Nela, Arendt (2020) retoma a Antiguidade Clássica e retrata as

atividades da *vita activa* - conceito derivado de sua análise da vida social dos gregos do período clássico e que descreve as atividades humanas fundamentais – trabalho, obra ou fabricação, e ação – cada qual possuindo localização própria no mundo quanto à sua efetividade, seja no âmbito público ou na privacidade do lar.

A atividade do trabalho diz respeito ao processo biológico do corpo, em atender as necessidades vitais para a preservação da espécie humana, ao “metabolismo do corpo com a natureza” (ARENDR, 2020, p. 210). Nessa dimensão está o “animal laborans”, o homem que produz para sua própria sobrevivência no “espaço privado do lar”. A atividade da obra ou fabricação está relacionada ao legado não natural e corresponde à “mundanidade”, a capacidade humana para a construção do mundo artificial – objetos para o uso, que sejam duráveis e produtivos; o homem nessa dimensão é concebido pela autora como “homo faber”. Por fim, a atividade da ação, tem como condição humana a pluralidade, que corresponde ao fato dos indivíduos serem diferentes uns dos outros, características imprescindíveis que os conduzem a agir na esfera política.

Na Antiguidade Clássica, Arendt distingue dois domínios da vida: o privado, que compreende o lar e a família, ambos pertencentes à esfera pré-política, e o público, concernente à *polis*. Ao primeiro corresponde o tipo de vida denominado zoé, a vida biológica, comum a homens e animais. Ao segundo corresponde *bios*, a vida qualificada, a vida política, a vida do homem no espaço público. Ao analisar a Modernidade, Arendt identifica o surgimento de um novo domínio, o social.

O domínio privado é o espaço do lar, *oikia*, local em que os membros de uma família se reuniam para suprir as “necessidades de manutenção da vida” (ARENDR, 2020, p. 34). Os assuntos relacionados à

economia, *oikos*, à gerência das carências diárias, eram discutidos por aqueles que conviviam diariamente. As questões inerentes à administração do lar não careciam da presença de terceiros para serem resolvidas, pois cada família cuidava de sua própria subsistência, não havendo espaço de interação entre grupos. É nesse no domínio que as pessoas se desenvolviam, razão pela qual Arendt o concebe como um local de proteção, um refúgio contra o mundo público.

Quanto ao domínio público é o espaço no qual a ação e o discurso de cada indivíduo contribuem para a construção do mundo comum, uma construção ou um “artefato humano” que demanda exclusivamente um espaço de sociabilidade que só pode ser conquistada no âmbito público.<sup>2</sup> Compreendido como o espaço da liberdade em que impera a capacidade de agir e começar algo novo, concebido por Arendt como a razão de ser da política, pois não é possível agir politicamente na “escuridão” da esfera privada.

O domínio social surge com o advento da sociedade moderna, tendo a sua “forma política no Estado-nação” (ARENDR, 2020, p. 34). O surgimento desse domínio dilui a fronteira entre o público e o privado, cuja origem se localiza na Antiguidade Clássica. O social surge como uma intersecção entre o público e o privado, resultando no alargamento dessa esfera, que acaba por diluir esses domínios e, por consequência, excluir a capacidade de ação no domínio público. A

---

<sup>2</sup> O termo *mundo comum* está presente na maior parte da obra arendtiana, por isso a tentativa em defini-lo trata-se de uma tarefa complexa. Em *A condição humana*, publicada em 1958, a autora faz uma explanação mais detalhada, o que permite sintetizar alguns aspectos. Em primeiro lugar, faz-se necessário compreender que esse conceito não tem correlação aos vocábulos Terra e natureza, mas sim está relacionado ao “artefato humano”, aquilo que é produzido pelas mãos humanas, bem como os negócios realizados entre aqueles que coexistem no mundo (ARENDR, 2020, p. 64). Assim, é possível extrair dois aspectos essenciais para começar delinear o significado de *mundo comum*, o artificialismo humano e o palco das aparências – esse último é concebido por Arendt como sendo a esfera pública, na qual acontecem as ações políticas, onde o homem ganha visibilidade e revela a sua singularidade.

consequência para as pessoas, segundo Arendt (2020, p. 58), é que “o processo de vida estabeleceu o seu próprio âmbito público, desencadeou um crescimento artificial [...] que o privado e o íntimo, de um lado, e, de outro, o político mostram-se incapazes de se defender”.

Com o predomínio do social, os temas que envolvem o domínio privado são levados a público. Há, portanto, uma inversão: o que se prioriza no social é o privado, pois “com a ascendência da sociedade, isto é, do ‘lar (*oikia*) [...] a administração doméstica e todas as questões antes pertinentes à esfera privada da família transformaram-se em preocupação ‘coletiva’” (ARENDR, 2020, p. 40).

Nota-se que Arendt realiza uma distinção entre as esferas social e política. Porém, é possível identificar em suas reflexões que a intenção é apresentar que essas categorias que não se mesclam e cada uma tem sua lógica de funcionamento. A liberdade que existe no espaço público-político não se efetiva na esfera social, uma vez que as ações no âmbito do social tem uma finalidade, são previsíveis, pautadas na conformidade, gregárias e sem mundo. A ação que se efetiva no espaço público permite a manifestação das diferenças dos agentes que a praticam, assim como é norteadada pelo princípio da imprevisibilidade – uma ação espontânea regulada pela singularidade e pluralidade.

A modernidade trouxe profunda alteração nas atividades humanas que compõem a “vita ativa” – o trabalho, a obra ou fabricação e a ação –, fazendo predominar uma forma de vida assimilada ao mero estar vivo, o que indica a vitória do “animal laborans”. O homem se torna um ser alienado e apolítico e perde progressivamente a sua visibilidade nas decisões públicas e coletivas. O predomínio do modo de vida do “animal laborans” retrata a sua

superioridade sobre o *zoon politikon* – o homem de ação, o que representa a impotência política do homem moderno.

A vitória do “animal laborans” significa a “recusa em confirmar, por meio da ação, a novidade que cada nascimento representa”, em tentar fazer algo novo, um novo início, ter visibilidade na cena pública, condição de ser na política. Significa a condição do homem comum denominado por um ser antipolítico, o do “trabalhador-consumidor” (CORREIA, 2020, p. XLVIII).

Com o estabelecimento da sociedade de massas, os ideais do “homo faber” – “a permanência, a durabilidade e a estabilidade” (ARENDT, 2020, p. 155) – foram substituídos pelos ideais do “animal laborans”, a abundância de bens de consumo em busca da felicidade.<sup>3</sup> Houve a inversão moderna do “o que” para “o como”. O princípio de utilidade do “homo faber” foi vencido pela busca da felicidade do consumo desenfreado.

Dessa maneira, ao retornar à condição de “animal laborans”, o homem se restringe ao seu próprio mundo, não tem visibilidade, não tem a possibilidade de estar entre os seus pares, apenas se comporta de acordo com as regras impostas por uma minoria. Em uma sociedade de consumo, as pessoas não têm discernimento para deliberar acerca das questões do mundo público e político. A igualdade moderna exclui as perspectivas da ação e do discurso, as quais são constituintes da

---

<sup>3</sup> O tema “sociedade de massas” foi abordado na obra *Origens do totalitarismo*, a qual pode ser considerada como uma das mais importantes do legado arendtiano. Trata-se do ponto de partida por meio do qual a autora analisa a crise do mundo contemporâneo, a extinção da liberdade e, conseqüentemente, da ação no contexto político durante o século XX; esses aspectos estão intrinsecamente relacionados à questão do totalitarismo, tópico que fomenta o surgimento de categorias conceituais que perpassam a maior parte da trajetória intelectual da filósofa. Segundo Arendt (2019, p. 438-439), “[...] o termo massa só se aplica quando lidamos com pessoas que, simplesmente devido ao seu número, ou à sua indiferença, ou a uma mistura de ambos [...]. As massas existem em qualquer país e constituem a maioria das pessoas neutras e politicamente indiferentes, que nunca se filiam a um partido e raramente exercem o poder de voto”.

comunidade política, assim como a possibilidade das pessoas se apresentarem como seres plurais e singulares.

Na esfera social, os indivíduos se reúnem e se associam por semelhança, não mais por serem distintos uns dos outros. O que resta é uma padronização de comportamento por meio das regras e padrões impostos, o que é oposto à ação espontânea regulada pela singularidade e pluralidade. Ocorre a descaracterização dos domínios público e privado.

A partir desse paradigma de sociedade moderna e com o predomínio das atividades do “animal laborans”, que acarretou no aviltamento da ação política no espaço público, é possível relacionar essa proposição ao entendimento de Arendt sobre a crise no campo educacional e, principalmente, em pensar qual é o papel da escola nesse contexto. Essa instituição não é considerada, pela autora, como um espaço para a ação política, mas encontra-se na esfera pré-política, a qual pode ser concebida como um local de preparação para criança e o jovem para que possam exercer a ação no âmbito público ao atingirem a idade adulta. Ao considerar essa possibilidade, a escola como um espaço de preparação, é possível relacioná-la ao argumento que Arendt faz: remeter aos adultos, na escola, representados pelos professores, a responsabilidade por conduzir a aprendizagem dos alunos e não deixar que eles decidam o que devem aprender.

Ao refletir a respeito dos argumentos apresentados por Arendt, não se educa uma criança apenas para satisfazer suas vontades, conforme o primeiro pressuposto apresentado no ensaio “A crise na educação” – a formação de um grupo próprio de crianças, sendo a função do adulto evitar que o pior aconteça às crianças – mas é preciso orientá-las para que no futuro possam preservar esse mundo.

Para isso, os adultos – pais e professores – precisam assumir essa responsabilidade que é apresentar o mundo aos pequenos, uma vez que eles ainda não estão aptos a fazer suas próprias escolhas.

Na modernidade questionam-se as tradições e não há preocupação em buscar referências que faziam parte do passado. Conforme a afirmação de Arendt, a tríade “autoridade-religião-tradição” que norteava a vida dos seres humanos em suas tomadas de decisão, no mundo moderno, foi omitida. As consequências desse novo modo de pensar repercutiu no campo da educação, principalmente no que se refere a emancipar a criança da autoridade dos adultos. É dever desses, representados na figura do professor, as tomadas de decisões no processo educativo e aqueles que se eximirem dessa responsabilidade, deixarão de assumir sua responsabilidade pelo mundo.

Por um lado, conforme afirma Arendt, é preciso proteger a criança contra o mundo e o mundo contra a criança; por outro lado, “o homem moderno, não poderia encontrar nenhuma expressão mais clara para sua insatisfação com o mundo, para seu desgosto com o estado de coisas, que sua recusa em assumir, em relação às crianças, a responsabilidade por tudo isso” (ARENDR, 2018, p. 241).

Desse modo, a renúncia do homem em assumir sua responsabilidade perante as crianças e ao mundo pode ser analisada pelo fato dos seres humanos não se sentirem pertencentes a esse mundo. Conforme dito anteriormente, com o predomínio da esfera social na modernidade, as pessoas perderam a capacidade de revelar suas singularidades e vivem de acordo com as regras impostas, ou seja, há uma padronização do comportamento; a capacidade individual de fazer algo novo por meio da ação e do discurso torna-se cada vez mais escassa. Arendt explica que na era moderna não há espaço para a

representatividade dos agentes, impossibilitando-os de agir com liberdade na esfera pública-política. Fato que a autora apresenta em sua obra *A condição humana* quando questiona se ainda há a possibilidade de agir politicamente no século XX (ARENDR, 2020).

Para Arendt, a educação tem a incumbência de apresentar aos "recém-chegados", aos alunos, o que eles ainda não conhecem, ponto importante que oferece embasamento à defesa da autora às concepções de tradição e autoridade no campo educacional. Sendo assim, é imprescindível apresentar às crianças como o mundo é, pois quando chegaram a esse lugar uma história já estava em curso. Para que a missão educativa se efetive, seguindo a linha de raciocínio apresentada por Arendt, presume-se que os professores tenham o conhecimento desse mundo e que também sejam personagens dessa narrativa.

Na tentativa de pensar à luz das argumentações feitas por Arendt quanto à ausência de representatividade dos agentes na esfera política na modernidade, é possível dizer que, em sua maioria, os professores também estão inseridos no contexto determinado pela sociedade de massas, na qual há indivíduos isolados e envolvidos no amplo processo de produção e consumo. Ao trazer para a reflexão os pressupostos arendtianos, uma educação que se compromete com o *mundo comum* também pode significar uma forma de resistir aos anseios impostos pela sociedade de massas e, assim, uma tentativa de liberar as pessoas do isolamento, característica inerente a esse modelo de sociedade.

Diante das argumentações de Arendt, pode-se dizer que professores e alunos vivenciam aquilo que a autora nomeia por sociedade de massas – seres humanos isolados, inseridos no mundo regido pela produção e consumo. O professor apenas cumpre suas

funções de acordo com as exigências de um sistema de ensino. Tal reflexão suscita algumas indagações: Como falar do *mundo comum* em uma sociedade *atomizada*? Como preocupar-se com o legado histórico na educação se aqueles que fazem parte desse processo, os professores, estão preocupados com sua sobrevivência? Como dizer aos “recém-chegados”, os alunos, que esse mundo que será deles um dia, se na realidade, os professores não têm participação nesse mundo? Qual é a situação da escola quando não se tem um espaço delimitado entre público e privado na contemporaneidade, uma vez que o social domina as relações? A criança necessita do espaço privado para se desenvolver. Contudo, com o surgimento da esfera social na modernidade, não há mais espaço para o privado.

Tal como afirma Arendt, o mundo moderno resgatou a condição do “animal laborans”, o homem nessa condição precisa trabalhar para consumir; a ele é vetada a participação na cena pública por meio de atos e palavras. Assim, a tarefa do professor torna-se um desafio, pois como inserir os alunos em um mundo no qual ele próprio não tem a possibilidade para agir e a manifestar-se no *espaço-entre*.

Torna-se um desafio imposto à educação, pois como inserir as crianças em um mundo fragmentado. Contudo, de acordo com Arendt (2018, p. 247), “a educação é o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele, com tal gesto, salvá-lo da ruína que seria inevitável não fosse a renovação e a vida dos novos e dos jovens”. O professor, representante de todos os adultos e aquele que é comprometido com sua tarefa de educar, no que se refere à natalidade tem dupla responsabilidade perante o mundo e ante à criança. Ao trazer essa perspectiva para o campo educacional, faz-se importante refletir em que medida a educação

poderia auxiliar os alunos a desenvolverem essa capacidade para que possam utilizá-las no futuro.

Para que a ação possa ser efetivada é preciso que haja o espaço público, um local que propicie a manifestação por meio de atos e palavras. Criar esse espaço não é tarefa da educação, mas sim da política. No entanto, a educação tem uma tarefa importante que é receber os “recém-chegados” e lhes mostrar esse lugar para que tenham a consciência que futuramente deverão assumir sua responsabilidade perante o mundo. O que a educação e política têm em comum é o comprometimento por parte dos adultos com o *mundo comum*.

O desafio que se impõe aos adultos e à educação é criar um espaço no qual será possível que as crianças revelem sua singularidade no mundo público quando atingirem a idade adulta. Porém, a homogeneização do comportamento, consequência imposta pela ascensão da esfera social na modernidade, torna-se um desafio difícil de transpor.

Torna-se contraditória a atribuição da educação, conservar – voltar ao passado e amparar-se na tradição e ao mesmo tempo propiciar a renovação ao receber os “recém-chegados”. Conforme argumenta Arendt (2018, p. 243): “exatamente em benefício daquilo que é novo e revolucionário em cada criança é que a educação precisa ser conservadora; ela deve preservar essa novidade e introduzi-la como algo novo em um mundo velho [...]”.

A grande questão é quando os adultos que fazem parte do universo da criança, professores e pais, não vislumbram ou não têm garantidas as oportunidades de ação. Todavia, devem ter a consciência de suas responsabilidades para com as crianças, pois essas ainda não estão aptas a tomarem decisões por conta própria. No

tocante aos professores, essa tarefa torna-se árdua, uma vez que essa responsabilidade está relacionada além da técnica ou conhecimento específico do campo da educação.

Os problemas identificados por Arendt no contexto educacional perpassam às questões pedagógicas, bem como a solução para combater e solucionar tal situação não deve estar concentrada em saber apenas o “por que Joãozinho não sabe ler” (ARENDR, 2018, p. 222). A título de reflexão, dentre os inúmeros problemas no contexto educacional, pesquisas acadêmicas de grande envergadura podem ser relacionadas às proposições de Arendt, tal como aquelas que têm como temática a atuação de grupos empresariais - Pearson, Abril Educação, Santillana, Grupo Objetivo e Grupo Positivo - em redes municipais de educação básica. Os resultados dessas pesquisas demonstram o deslocamento de fundos públicos para o setor privado, o que implica no impacto orçamentário e acaba por ferir a efetivação do direito à educação (ADRIÃO, et al. 2016). Atingindo diretamente na criação de novas vagas no sistema público de ensino, principalmente nas etapas não obrigatórias, as vagas em Centros de Educação Infantil (CEIs).

Outras temáticas que envolvem os inúmeros problemas que circundam o sistema educacional brasileiro podem ser observadas em pesquisas que tratam da questão da relação entre os investimentos financeiros nos sistemas de ensino e a qualidade da educação. A avaliação da qualidade do ensino oferecido pelas escolas tendo por base apenas o desempenho dos alunos em testes padronizados - Prova Brasil, ENEM, SAEB, PISA – não contribuem para a avaliação sobre as políticas educacionais (PINTO, 2014).<sup>4</sup> O autor argumenta que há um

---

<sup>4</sup> A Prova Brasil e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) são avaliações para diagnóstico, em larga escala, desenvolvidas pelo Instituto Nacional

grande risco em avaliar a qualidade do ensino oferecido nas escolas, considerando apenas testes padronizados, posto que o efeito da escola na formação do aluno envolve questões mais complexas que ultrapassam os resultados dos testes apresentados.

Há também desafios encontrados na primeira etapa da educação básica. Na educação infantil, há questões que se revelam pertinentes para começar a entender que a problemática educacional não está inserida somente a partir do ensino fundamental. Merecem destaque as contribuições advindas das pesquisas realizadas por Correa (2018), que também revelam que a educação infantil, principalmente no que diz respeito às creches, não merece a devida atenção do poder público. A situação de tais instituições são estruturas frágeis, falta de profissional qualificado para atuar com crianças desta faixa etária, o não acesso das crianças às creches é negado devido ao número de vagas insuficientes para atendê-las, ocasionando em “desrespeito ou descumprimento à legislação educacional vigente no país desde 1996” (CORREA, 2018, p. 11).

Ao analisar as condições da educação na contemporaneidade, sob à luz do referencial arendtiano, as contribuições da autora tornam-se atuais. Quanto aos dados obtidos pelos instrumentos - Prova Brasil, ENEM, SAEB, PISA - não são capazes de apresentar as experiências

---

de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC). Têm o objetivo de avaliar a qualidade do ensino oferecido pelo sistema educacional brasileiro a partir de testes padronizados e questionários socioeconômicos (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO). Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/prova-brasil>>. Acesso em: 2 jan. 2021.

O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) foi instituído em 1998, com o objetivo de avaliar o desempenho escolar dos estudantes ao término da educação básica (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO). Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exameseducacionais/enem>>. Acesso em: 2 jan. 2021.

O Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) é um estudo comparativo internacional realizado a cada três anos pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O Pisa oferece informações sobre o desempenho dos estudantes na faixa etária dos 15 anos (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO). Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/pisa>>. Acesso em: 2 jan. 2021.

humanas e a maneira pela qual as pessoas se relacionam com o outro e com o mundo. Raramente interessa “quem é” aquele profissional inserido no universo escolar e como é estabelecida sua relação com o mundo. O mesmo pode ser dito ao pensar no aluno, no “recém-chegado”; sabe o “que” são os alunos – sua classe social, o grupo étnico ao qual pertencem, mas não há informações sobre “quem” são. As condições de trabalho nas quais o professor é submetido na escola aliado à carga horária exaustiva, na maioria das vezes, o impede de conhecer a realidade e até o nome do seu aluno.

Nota-se que os problemas estão imbricados – a falta de representatividade dos agentes no contexto político, as exigências impostas pelos sistemas de ensino, a incapacidade de gerir os recursos destinados à educação - desde a primeira etapa da educação básica - e, principalmente, as condições de trabalho pelas quais os professores estão submetidos. Há de se concordar com Arendt que os problemas do campo educacional estão além da questão pedagógica.

Ainda assim, momentos significativos acontecem inesperadamente no âmbito da escola ou da sala de aula, uma esperança pode surgir, uma chama pode acender. Aquele que se dedica a árdua responsabilidade para com a educação deve preservar essa chama, mas ao mesmo tempo, acender as chamas do passado e preservá-las, porque sem elas não há conservação e, assim, “[...] a educação simplesmente não é possível e se torna, em nossos dias, extraordinariamente difícil de atingir” (ARENDR, 2018, p. 243).

Diante das reflexões expostas no presente trabalho, observa-se que Arendt aborda no ensaio “A crise na educação” temas que estão além do âmbito educacional e que estão intimamente relacionados – à sociedade de massas e à ausência de delimitação entre o mundo público e o privado com o predomínio da esfera social - os quais são

imprescindíveis para se pensar o papel da escola e os problemas decorrentes dela. As análises realizadas pela autora em *A condição humana* são consideradas um ponto de partida para a compreensão do referido ensaio, assim como oferece um ponto de suma importância: a vitória do “animal laborans”, a qual destitui a capacidade humana para o exercício da liberdade no espaço público, sendo também observados efeitos negativos ao campo educacional.

Assim, conforme Arendt argumenta, a desvalorização da ação na esfera pública, bem como o aviltamento da liberdade do indivíduo nessa esfera, sendo esse um facilitador para o surgimento das massas, tratam-se também de desafios para a educação. Justifica aludir esse raciocínio à educação, pois se a escola é um espaço em que se prepara a criança e o jovem para o mundo público, é essencial levar para o âmbito escolar tal reflexão.

Desta forma, qual seria uma maneira adequada de conduzir a escolarização dos alunos em uma sociedade em que não há a distinção entre o público e o privado, na qual o social impera e com isso destitui a capacidade de ação política dos agentes? E uma sociedade na qual o próprio professor não se sente pertencente ao *mundo comum*? Em um sistema escolar em que problemas de natureza política também estão presentes? Assim, seria possível pensar a educação nos moldes da *pedagogia retórica*<sup>5</sup>? Essa possibilidade seria uma forma de aprofundar as reflexões apresentadas nesse artigo, a qual se pretende responder, dentre outras questões, durante a consecução da pesquisa de doutorado que está em andamento.

---

<sup>5</sup> Considera-se que os Sofistas foram responsáveis por criar e pôr em prática concepções educacionais altamente relevantes para a formação do homem grego como indivíduo e como cidadão, abrangendo aspectos éticos, emocionais e intelectuais. Crick (2015) identifica John Dewey como seguidor dessas concepções, às quais se denomina *pedagogia retórica*.

A dinâmica da sala de aula retórica leva em conta as energias dos alunos em situações de aprendizagens que são significativas para eles, visando revelar os seus potenciais criativos, contrariamente ao que se dá na pedagogia tradicional, que se limita às formalidades do currículo. Assim, aproveitam-se “as energias presentes, que são usadas para cultivar mentes capazes de hábitos de inteligência criativa e juízo ético capazes de crescimento contínuo” (CRICK, 2015, p. 175).

O desenvolvimento da sala de aula retórica é responsabilidade do professor, que articula as matérias de ensino de modo a incluir “argumentos, exemplos ou estudos importados do exterior” e também “crenças, hábitos, memórias ou emoções”, incentivando os alunos a serem criativos, capazes de aprender a analisar o que acontece ao seu redor, avaliando “métodos, teorias e conteúdos intelectuais como meios para o desenvolvimento de seu próprio eu” (CRICK, 2015, p. 182). Os métodos retóricos não podem ser vistos como um processo estático, mas como um caminho repleto de possibilidades para alcançar os objetivos propostos em situações de aprendizagem, sendo “ensinados não como fins em si mesmos, mas como meios para atingir finalidades que são definidas pelo estudante e crescem externamente à sua vontade de poder” (CRICK, 2015, p. 179).

Assim, acredita-se que os referenciais da pedagogia retórica seriam imprescindíveis para despertar nos alunos, desde o início da escolarização, os elementos necessários para que possam desenvolver a capacidade de ação, a se manifestarem por meio de atos e palavras e para se revelarem como seres únicos e singulares, mesmo em uma sociedade marcada pela predominância da esfera social. Lembrando que essas aptidões só efetivam no mundo público quando esses alunos atingirem a idade adulta. Acredita-

-se que a escola é capaz de oferecer tal embasamento, um espaço de preparação. Conforme argumenta Arendt, a educação não tem a função de resolver os problemas do mundo público, essa tarefa é dos adultos por meio da ação política, contudo, pressupõe-se que a escola seja um espaço privilegiado em preparar os alunos para essa missão – assumir a responsabilidade perante o mundo público no momento oportuno.

### REFERÊNCIAS

ARENDR, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. Tradução Mauro W. Barbosa de Almeida. São Paulo: Perspectiva, 2018.

ARENDR, Hannah. **Origens do totalitarismo**. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia de Bolso, 2019.

ARENDR, Hannah. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

ADRIÃO, Theresa Maria de Freitas et al. Grupos empresariais na educação básica pública brasileira: limites à efetivação do direito à educação. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 37, n. 134, p. 113-131, jan./mar. 2016.

CORREIA, Adriano. Pensar o que estamos fazendo. In: ARENDR, Hannah. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense, 2020. p. XIII-XLIX.

CORREA, Bianca Cristina. A gestão da Educação Infantil em 12 municípios paulistas. **FINEDUCA** - Revista de Financiamento da Educação, Porto Alegre, v. 8, n.2, p. 1-16, 2018.

CRICK, Nathan. Compor a vontade de poder: John Dewey sobre a educação retórica para uma democracia radical. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, Rio de Janeiro, p. 164-183, v. 12, n. 28, 2015.

PINTO, José Marcelino de Rezende. Dinheiro traz felicidade? A relação entre insumos e qualidade na educação. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 22, n. 19, p. 1-20, abril, 2014.